

## Sem acordo, bancada dificulta caminho à eleição direta no DF

Malu Pires

Brasília encerra o ano sem a certeza de ter conquistado sua autonomia política. Definição a este respeito só mesmo em 1988, quando os votos de 280 constituintes decidirão se mais de 728 mil eleitores terão direito ou não de eleger seu governador, mais 24 deputados distritais. A indefinição, causada pela mudança do Regimento Interno da Constituinte, fará com que 88, assim como 87, seja marcado pela luta em busca da autonomia política.

O trabalho para se conseguir os 280 votos a favor das eleições para governador e deputados do DF promete ser difícil. Existem dentro do Congresso as mais variadas opiniões sobre a forma que deve ter a autonomia de Brasília, situação agravada pela falta de consenso da bancada do DF sobre a data das eleições e o mandato do governador e deputados.

Este contexto coloca os parlamentares do DF sob o risco de

ver aprovado na nova Constituição um texto em desacordo com seus compromissos eleitorais e convicções próprias. A bancada tem consciência deste risco. Por isso, entrará em 1988 buscando o consenso sobre a data das eleições e o mandato do governador e dos deputados distritais. A união facilitará o convencimento dos 280 parlamentares — quorum necessário para a aprovação da autonomia no plenário da Constituinte.

### Consenso

A necessidade da união da bancada em torno de um texto conjunto para a apresentação de uma emenda no plenário da Constituinte, a partir de janeiro, é provada pela vitória da bancada do DF no Congresso, durante a votação da autonomia na Comissão de Sistematização. O processo de reafirmação dos parlamentares em torno de uma emenda única deverá ser semelhante ao que ocorreu no ano passado.

Ao tomar posse, em 1º de fevereiro, os 11 parlamentares eleitos por Brasília — senadores Pompeu de Sousa (PMDB), Meira Filho (PMDB) e Maurício Corrêa (PDT) e deputados Sigmaringa Seixas (PMDB), Augusto Carvalho (PCB), Jofran Frejat (PFL), Márcia Kubitschek (PMDB), Valmir Campelo (PFL), Francisco Carneiro (PMDB), Maria Abadia (PFL) e Geraldo Campos (PMDB) — afirmaram que iam defender em conjunto as eleições diretas para o DF.

Três meses depois, a bancada se dividia sobre a data das eleições e o mandato do governador e deputados. O racha foi ocasionado pela proposta do grupo do senador Pompeu de Sousa e dos deputados Sigmaringa Seixas, Geraldo Campos e Augusto Carvalho, que defendiam que as eleições diretas para governador e deputados distritais tivessem o mandato tampão de dois anos. O pleito seria realizado em 1988 e novas eleições em 1990, para coincidência com a reno-

vação política dos cargos dos mandatários e deputados das outras unidades da Federação.

O restante da bancada reagiu contra o mandato tampão, apesar de reivindicar que o pleito fosse realizado o mais depressa possível. Veio a organização das subcomissões temáticas da Constituinte e negociações partidárias colocaram dois parlamentares do DF em posição estratégica na Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios.

Foi indicado para a presidência da subcomissão Jofran Frejat e para a relatoria Sigmaringa Seixas, a quem coube elaborar o primeiro esboço da forma da autonomia política de Brasília. O parecer de Sigmaringa Seixas foi aprovado na subcomissão e instituiu o mandato tampão de dois anos para o primeiro governador do DF e seus deputados. A partir daí, Jofran Frejat também passa a defender a instituição do mandato tampão.

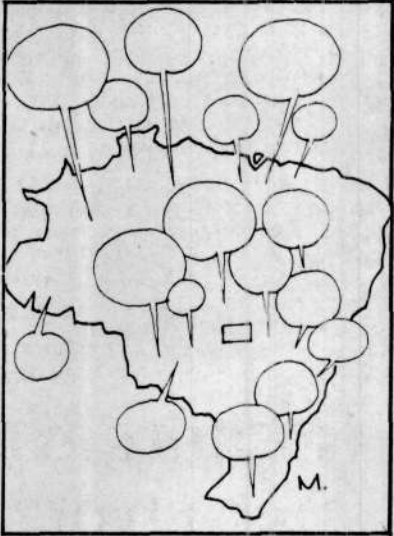
## A interferência dos Estados

Os outros parlamentares da bancada continuavam a resistir à idéia e constituintes de outros Estados passaram a apresentar suas opiniões sobre a forma que deveria ter a autonomia no DF. Houve propostas que sugeriam que Brasília fosse elevada à condição de Estado, outras que defendiam que o DF deveria ter governador indicado e prefeitos nas cidades-satélites, ou prefeito indicado para o Plano Piloto e eleito nas satélites, e, ainda, as que defendiam que a situação política do DF continuasse inalterada.

Diante da diversidade das propostas e da falta de unidade efetiva da bancada, o parecer de Sigmaringa Seixas, em favor do mandato tampão, foi rejeitado na Comissão de Organização dos Estados. Depois de negociações partidárias, o relator da comissão, senador José Richa (PMDB/PR), optou por vincular as eleições no DF à de Presidente da República, sendo que o governador de Brasília teria mandato igual ao presidencial.

A época ainda estava indefinida a data e o mandato presidencial, tanto do presidente José Sarney como de seu sucessor, mas a tendência pelo período de gestão de quatro anos começava a crescer. O que significava que as eleições diretas para governador deveriam se realizar em 1988. Esta expectativa não se confirmou nos dois primeiros anteprojetos de Constituição elaborados pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM).

O primeiro substitutivo elaborado por Cabral previa que o



mandato do presidente José Sarney só terminaria em 1990, e o de seu sucessor seria de cinco anos. O que significa eleições para o DF em 1990, com mandato para governador e deputados de cinco anos. Já no segundo substitutivo, o mandato de Sarney era previsto até 1988, mas seu sucessor teria seis anos de gestão, ou seja, o governador do DF seria eleito em 1988, com mandato de seis anos.

Só aí é que a bancada se viu diante da necessidade urgente de unificar sua opinião e lutar por uma emenda de consenso, já que as propostas contidas nos dois substitutivos não agradavam a nenhum dos parlamentares de Brasília. Fecharam questão com a seguinte emenda: as eleições para governador do DF se realizariam em 1990 e o governador teria mandato de quatro anos.

## Vitória só na Sistematização

Na defesa das eleições em 1990, com mandato de quatro anos para governador e deputados do DF, os parlamentares se uniram e realizaram negociações partidárias, conchavos, barganhas de voto e conseguiram que o relator da Comissão de Sistematização acolhesse sua proposta. O próximo passo foi a aprovação da emenda pelos 93 membros pela Comissão de Sistematização.

A aprovação da emenda que a bancada defendia foi um trabalho cansativo e difícil. O convencimento dos membros da comissão se deu através de "conversas de pé-ouvido", negociações partidárias e barganha de votos na Comissão de Sistematização. Quando já se dava como certa a aprovação da autonomia, o presidente José Sarney, através de declaração de seu então porta-voz, Frota Neto, faz saber que, na sua opinião, Brasília deve continuar a ter o governador nomeado, mas prefeitos eleitos nas cidades-satélites.

A declaração do Presidente rearticulou a oposição dos parlamentares de outros Estados à autonomia, que culminou com a declaração do deputado Euclides Scalco (PMDB/PR) de que o DF teria "prefeito eleito ou nada". A bancada definiu, então, a estratégia do "trabalho de bastidores", abordando diretamente cada um dos membros da comissão. A estratégia de aprovação contou com o enfraquecimento do Presidente e de seus liderados dentro do Congresso com a aprovação do mandato até 1988 para Sarney, dos cinco anos para seu sucessor parlamentarista e com o fim da Aliança Democrática.

A tática de "conversas ao pé-



do-ouvido" deu certo, já que o enfraquecimento do Presidente propiciou um clima de "eleições já" no Congresso. Esta situação não impediu que até o dia da votação da autonomia (27 de outubro), ainda houvesse resistências às eleições em Brasília para governador, vinculada a dos mandatários dos outros Estados. Mas a autonomia passou, com 83 votos a oito.

Vinte dias depois a Comissão de Sistematização aprovava, por 62 votos a favor e quatro contra, eleições para o DF em 1988, com mandato tampão de dois anos para o primeiro governador do DF e seus deputados distritais. O mandato dos eleitos seria coincidente com o dos outros deputados e governadores, definindo-se, portanto, novas eleições em 1990. Ficou estabelecido, então, no terceiro anteprojeto de Constituição, que o DF elegeria seu governador em 88.

## Racha ameaça autonomia em 88

A bancada voltou a rachar. Ficam a favor do mandato tampão: senador Pompeu de Sousa e deputados Jofran Frejat, Sigmaringa Seixas, Augusto Carvalho e Geraldo Campos. Contra: senador Maurício Corrêa e deputados Francisco Carneiro, Márcia Kubitschek e Valmir Campelo. Indefinidos: deputada Maria Abadia e senador Meira Filho.

Com a mudança do Regimento Interno da Constituinte, 17 dias após a vitória do tampão na Comissão de Sistematização, abriu-se a possibilidade de modificar o terceiro anteprojeto de Constituição. Só que, agora, se precisará de 280 votos para aprovar nova emenda que una os interesses da bancada sobre a autonomia.

A deputada Márcia Kubitschek já declarou que tem 280 assinaturas de parlamentares para a apresentação de preferência de

destaque para a emenda que una a bancada. Ainda não há consenso sob a forma do texto da autonomia política. Depois dos 11 meses da primeira legislatura dos parlamentares do DF, a questão das eleições diretas para governador e deputados distritais continua como no começo de 1987. Ou seja, não há certeza de se ter conseguido a autonomia política.

Em contrapartida, o Grupo dos 32 — ala de parlamentares do Congresso que reúne constituintes do PMDB, PFL, PDS, PTB, PL e PDC — já tem pronta a emenda que apresentará sobre a autonomia do DF. De acordo com o texto elaborado por um dos líderes do grupo, senador José Richa (PMDB/PR), as eleições para governador e deputados de Brasília será coincidente em data e período de mandato com a do Presidente da República.



## Voto e GDF no programa do PDT

A autonomia política do Distrito Federal é um dos principais assuntos que o Partido Democrático Trabalhista (PDT-DF) vai abordar no programa que será transmitido pelas emissoras de rádio e televisão de Brasília, no próximo dia 4, às 20h30. A transmissão do programa, que terá uma hora de duração, foi conseguido junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Nesta semana, o programa será gravado na sede da OAB-DF, com a presença da estrela máxima do PDT: o ex-governador Leonel Brizola. Mas um bom espaço será reservado ao senador Maurício Corrêa, que também convidou para o programa representantes do PT, PCB, PC do B e PSB. A avaliação do Governo José Aparecido será o tema central do programa, coordenado pelo jornalista Nelson Pan-toja.